

## APRESENTAÇÃO: PRAGMÁTICA NA GRAMÁTICA

**Heronides Moura<sup>1</sup>**

heronides@uol.com.br

Os artigos deste volume abordam, sob diferentes ângulos, a presença da pragmática na gramática. Normalmente, costuma-se trabalhar com a ideia, desenvolvida por Grice, de que a gramática se restringe à estrutura morfosintática, à qual se associa um conteúdo semântico. A pragmática corresponderia a um nível distinto e posterior, vinculado a princípios conversacionais. Nessa perspectiva, a gramática independe da pragmática.

Os artigos aqui compilados questionam essa perspectiva mais tradicional. Todos eles fornecem dados que, direta ou indiretamente, mostram a presença da pragmática no interior da gramática, ou, pelo menos, naquilo que a tradição define como gramática.

Os artigos de Aikhenvald e de Mäder e Moura enfocam a questão do gênero gramatical e sua relação com valores pragmáticos associados especificamente aos gêneros masculino e feminino.

Não se trata, simplesmente, de argumentar que uma determinada categoria gramatical, como o gênero, pode ser utilizada para obter certos efeitos pragmáticos, à moda de Grice. O argumento é que a categoria gramatical já embute um valor pragmático, independente da situação conversacional.

Por exemplo, **Alexandra Aikhenvald** mostra que em Lokono, uma língua arauaque falada na Guiana, o gênero gramatical masculino de não-humanos implica uma valoração positiva do referente, ao passo que o gênero gramatical feminino embute uma valoração negativa:

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador de Linguística com Bolsa de Produtividade (CNPq).

Animals and birds which are thought of as having a ‘positive personality’ are masculine—they include turtles and hummingbirds. Domestic animals to which speakers have a special attachment, for instance, a dog, are masculine; however, one’s neighbour’s dog (whom one does not particularly like) is more likely to be feminine. Nice and cute animals are masculine, while bigger animals are feminine.

**Guilherme Mäder e Heronides Moura**, por sua vez, mostram que as categorias de gênero gramatical estão, em algumas línguas, diretamente ligadas a categorias da hierarquia social que ultrapassam a simples distinção de sexo. Por exemplo, em alguns dialetos do polonês, mulheres casadas são referidas no gênero feminino, ao passo que mulheres solteiras ou jovens são referidas nos gêneros neutro ou masculino, dependendo do dialeto. Esse é apenas um dos dados do artigo que mostram que as categorias de gênero gramatical contêm, na sua própria significação, uma avaliação social dos referentes: no caso, mulheres casadas são vistas como as “verdadeiras” mulheres.

O artigo de Mäder e Moura mostra que as hierarquias sociais relevantes são distintas nos casos de homens e mulheres (oposição entre homem livre e escravo, de um lado, e oposição entre casadas e solteiras, de outro), o que explicita que o gênero gramatical está intimamente ligado ao gênero social.

Tanto o artigo de Aikhenvald quanto o de Mäder e Moura assumem que o gênero gramatical e o gênero social se superpõem em muitas línguas. Aikhenvald coloca a questão da seguinte forma: “The choice of linguistic gender often correlates with the social implications of being a man or a woman. This is known as social gender — a notion related to contrasting roles of men and woman, and how these appear embodied in cultural practices, ritualized behaviour, and societal stereotypes.”

Os artigos citados mostram que não há como isolar, de um lado, a pura distinção semântica entre masculino e feminino, e de outro, os efeitos pragmáticos dos usos dos gêneros gramaticais.

Por outro lado, Aikhenvald explora em detalhes uma situação em que o uso dos gêneros gramaticais está associado a contextos conversacionais específicos. Trata-se da reversão de gêneros, situação na qual se altera o gênero do referente de feminino para masculino e de masculino para feminino. A autora elenca exemplos de diferentes línguas que mostram que esta reversão de

gêneros reflete a atitude do falante em relação ao referente que teve seu gênero gramatical alterado.

Por sua vez, o artigo de **Rafaela Miliorini** aborda a clássica distinção entre argumento e adjunto. A autora argumenta que esta distinção não está ancorada em nenhuma propriedade gramatical independente. As regras propostas na literatura sobre o assunto como sendo de natureza gramatical podem ser interpretadas como sendo de natureza pragmática.

Na gramática gerativa, a distinção entre adjunto e argumento é usada para a formulação de regras de extração de constituintes, em contextos sintáticos específicos, denominados de *ilhas*. Mais especificamente, nos contextos de *ilhas fracas*, só argumentos podem ser extraídos, ao passo que adjuntos devem permanecer *in situ*. Portanto, na gramática gerativa, a distinção entre adjuntos e argumentos seria de natureza gramatical, já que ela impõe uma condição sobre uma transformação gramatical (a extração de constituintes).

Miliorini mostra, no entanto, que as restrições sobre aceitabilidade observadas na literatura podem ser explicadas em termos pragmáticos, sem a necessidade de se operar com a distinção entre argumento e predicado: “The question that arises is whether the contrast in acceptability is due to the impossibility of extracting an adjunct (*vs.* an argument) or to some other semantic-pragmatic factor – e.g. to the fact that some questions are odd to ask regardless of their syntactic structure.” Segundo a autora, os fatores pragmáticos relevantes seriam a referencialidade (RIZZI, 1990) e a existência de pressuposições identificáveis no contexto. Estes fatores são pragmáticos e são eles que explicam a aceitabilidade ou não de extração de constituintes no contexto de *ilhas fracas*.

O artigo de **Heronides Moura, Valéria Cunha dos Santos, Giuseppe Varaschin e Calawia Salimo** aborda os fatores semânticos que estão na base da transitividade e da marcação diferencial do objeto. Os autores tentam identificar os parâmetros básicos da transitividade. Eles propõem que esses parâmetros são telicidade e definitude do O (objeto direto). Tais parâmetros correspondem às *interpretações fortes* de De Swart e Hoop (2007), ou seja, interpretações télicas e definidas no contexto de uma dada sentença.

Os autores propõem ainda que esses fatores nominal (definitude) e verbal (telicidade) podem ser unificados no conceito *de porções individuadas de*

*matéria e tempo* (BACH, 1981; 1986). A ideia é que a existência, numa dada sentença, de *porções individuadas de matéria e tempo* desencadeia interpretações fortes, altamente transitivas.

Mas, além da definitude e telicidade, a transitividade e, em especial, a marcação diferencial do objeto são sensíveis a um outro fator independente: o traço **humano** ou **animado** do O (objeto direto). Os autores analisam o kimwani, uma língua bantu, na qual a marcação diferencial do objeto é sensível tanto à definitude quanto ao traço **humano** do O.

A questão então é indagar o que leva restrições tão diferentes (de um lado, definitude e telicidade, de outro, o traço **humano**) a convergirem com os fatores que desencadeiam a marcação diferencial do objeto no kimwani, assim como em outras línguas. Os autores não oferecem uma resposta definitiva, mas uma alternativa apresentada traz de novo à cena uma condição pragmática:

A second possibility is that humans are high in an Empathy Hierarchy (KUNO, 1987). In language, events are perceived through human eyes and events with human Os are more salient than events with inanimate Os (NAESS, 2007, p. 113). The reason for this is not individuation, but the empathy aroused by human beings. Therefore, even an indefinite O like people is marked in Kimwani, simply because it is highly empathic.

Por fim, o artigo de **Giuseppe Varaschin** apresenta o percurso histórico da discussão sobre os reflexivos na língua inglesa, em especial na tradição da gramática gerativa. O autor sustenta que um postulado básico da abordagem gerativista está essencialmente correto, qual seja, a proposta de que há uma condição gramatical unificada regulando o uso dos reflexivos. Varaschin assume que esta intuição sobre os reflexivos está correta, mas propõe que a maquinaria teórica desenvolvida pela gramática gerativa é pesada e insuficiente para a descrição do uso dos reflexivos.

Ele apresenta, em detalhes, os dois modelos explicativos que foram desenvolvidos no âmbito da gramática gerativa: uma alternativa mais antiga, na qual se define que o uso dos reflexivos é condicionado pelo domínio da sentença simples (LEES; KLIMA, 1963), e uma alternativa posterior, na qual se propõe que os reflexivos são condicionados pela relação de c-comando (CHOMSKY, 1981; REINHART, 1983).

Baseado no modelo da *Syntaxe Mais Simple* (CULICOVER; JACKENDOFF, 2005), Varaschin propõe uma outra alternativa de condição gramatical unificada de uso dos reflexivos. Na alternativa proposta por ele, as condições são estruturalmente mais simples que as da gramática gerativa e se baseiam em funções gramaticais (argumentos) e na semântica dos predicados. Basicamente, a proposta é que um reflexivo deve ser um argumento ligado a um predicado semanticamente reflexivo.

Outro aspecto da proposta de Varaschin é que os chamados usos logofóricos dos reflexivos são violações da condição gramatical unificada que rege o uso dos reflexivos. Essa violação seria de natureza pragmática, funcionando nos moldes de uma implicatura. Por exemplo, na frase *John believes that Mary would never consider marrying a man less wealthy than himself*, o reflexivo *himself* viola a condição gramatical proposta, pois o predicado comparativo *less wealthy than* não é um verdadeiro reflexivo, do ponto de vista semântico.

Em suma, a proposta de Varaschin assume que a relação entre gramática e pragmática se dá nos moldes griceanos: a gramática gera as estruturas sintática e semântica válidas, e a pragmática, em função de princípios conversacionais, pode produzir interpretações não convencionais.

Em suma, todos os artigos do volume tematizam e trazem novas luzes sobre a intrincada relação entre gramática e pragmática.

## REFERÊNCIAS

BACH, Emmon. On Time, Tense, and Aspect: An Essay in English Metaphysics, in Peter Cole (ed.), **Radical Pragmatics**. New York: Academic Press, 1981, p. 62–81.

BACH, Emmon. The algebra of events. **Linguistics and Philosophy**, v. 9, p. 5-16, 1986.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CULICOVER, Peter W.; JACKENDOFF, Ray. **Simpler syntax**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DE SWART, P.; DE HOOP, H. Semantic aspects of Differential Object Marking. In: E. Puig-Waldmüller (ed.), **Proceedings of Sinn und Bedeutung 11**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, p. 598-611, 2007.

LEES, Robert B.; KLIMA, Edward S. Rules for english pronominalization. **Language**, v. 39, n. 1, 1963.

MOURA, H. A proposal of a unified theory of nominal and verbal factors conditioning the differential object marking. **Fórum Linguístico**. v. 16, n. 4., 2019.

REINHART, Tanya. **Anaphora and Semantic Interpretation**. Chicago: University of Chicago Press, 1983

RIZZI, L. **Relativized Minimality**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.